

MICHEL FOUCAULT, DO SILÊNCIO DA LOUCURA: O AVESSE DA PALAVRA FINAL¹

Eugénia Vilela
Universidade do Porto

RESUMO:

No desenho de relações de poder que indiciam a *verdade* pela inscrição de uma caligrafia de morte nos corpos, procura-se pensar, com Michel Foucault em *Histoire de la folie à l'âge classique*, a reverberação das ordens dos discursos na desarticulação da palavra que constitui a loucura como o traço de uma linguagem que se enraíza num lastro surdo de silêncio que percorre, igualmente, a *Idade clássica* e a *Idade moderna*. Este texto constitui, assim, um conjunto de anotações para pensar, a partir da questão da loucura, a arqueologia de um silêncio definido pelo gesto de ordens discursivas que fundamentam o único modo legítimo de expressão através da linguagem da não-loucura.

ABSTRACT:

In the design of power relations that reveal the *truth* through the inscription of a calligraphy of death on the bodies, this essay explores, following Michel Foucault in *Histoire de la folie à l'âge classique*, the reverberation of the orders of discourses in the disarticulation of the word that establishes *madness* as the trace of a language rooted in a deaf ballast of silence that permeates both the Classical and the Modern Age. Thus, I make a set of annotations on the question of madness to think about the archeology of silence defined by the gesture of the discursive orders that underlie the only legitimate mode of expression through the language of non-madness.

PALAVRAS-CHAVE:

Corpo, loucura, silêncio, discurso, Foucault

>>

KEYWORDS:

Body, madness, silence, discourse, Foucault

Na contemporaneidade são desenhadas relações de poder que indiciam a verdade pela inscrição de uma caligrafia de morte nos corpos. Sob uma ordem do discurso, um silêncio vazio rasga a modulação das vozes, num gesto em que a palavra é desarticulada até se transformar em grito.

228>229

Ordens do Discurso, Desarticulação da Palavra

Sendo complexa, a realidade na qual nos situamos é um infinito jogo de relações a partir das quais se define uma *ordem discursiva* onde se encena o teatro do cotidiano na sua evidência equívoca. É no interior dessa *ordem* que os indivíduos se reconhecem. O indivíduo é, assim, colocado numa rede de práticas e significados que evidenciam o envolvimento entre o corpo que age, a produção de identidades e a linguagem. O que significa que os seres humanos falam apoiando-se em algo que já fala neles.

Cada discurso tem o seu corpo, que acolhe os seus usos, costumes, memória cultural, todos os códigos que permitem que um indivíduo se faça reconhecer por outro e chegue a ler-se. Pretende fazer-se dele um alfabeto dócil. Não podemos pensar o corpo desvinculando-o do sujeito. (Gabilondo 1999: 51)

No interior de um discurso estável procura-se marcar uma circunscrição territorial da *palavra final*. Aí, a lei vincula-se a si própria como matriz do seu poder de legitimação. A referência da lei a si mesma constitui uma forma narcísica do discurso em relação à qual o outro se torna a presença carnal de uma *falha originária*. No espaço circular desse discurso instituído qualquer *falha* é preenchida e cicatrizada pela palavra reguladora. Essa forma de discurso entalha-se nos corpos e nas palavras como um texto único, sem possibilidade de interpretação.

Fechado em si mesmo, esse discurso nada pode dar: a sua transmissão está cortada. Estas questões confrontam-se com o problema da relação entre o saber e o poder, tal como foi pensado por Michel Foucault:

(...) não é verdade que o conhecimento possa funcionar ou que se possa descobrir a verdade, a realidade, a objectividade das coisas, sem colocar em jogo um certo poder, uma certa forma de dominação, uma certa forma de submissão. Conhecer e dominar, saber e comandar, são coisas que estão intimamente ligadas (...) (Foucault 2001a: 1658)

>>

Desde o interior de uma ligação íntima, os regimes de poder e de verdade desenvolvem formas de organização do espaço definidas sob uma vontade de disciplinar e normalizar as relações entre o Estado, os indivíduos e as populações. Ligado a uma noção de *governamentalidade* onde se desenham figuras da espacialização do poder, o processo de disciplinarização e normalização dos indivíduos e das populações realiza-se através de meticulosos processos de vigilância e controlo sobre o corpo individual e o corpo social, procurando criar, sob um *mecanismo infinitesimal*, corpos dóceis. Nesse tecido de relações, o corpo é um elemento fundamental dos *jogos de poder e de verdade*, uma vez que a articulação entre o saber e o poder se define por uma tecnologia política do corpo através da qual ele se torna *efeito-objecto* de um processo de racionalização instrumental.

O corpo não existe tal qual, como um artigo biológico ou um material. O corpo humano existe no interior e através de um sistema político. O poder político dá um certo espaço ao indivíduo: um espaço no qual se comportar, no qual adoptar uma postura particular, no qual se sentar de uma determinada maneira, no qual trabalhar continuamente. (...) O trabalho não é a essência concreta do homem. Se o homem trabalha, se o corpo humano é uma força produtora, é porque o homem é obrigado a trabalhar. E ele é obrigado, porque está investido por forças políticas, porque ele é tomado dentro de mecanismos de poder. (Foucault 2001b: 470)

Intrinsecamente articulada a uma ordem do discurso, a organização do espaço afigura-se, neste contexto, como uma possibilidade de dominar os corpos rebeldes através de uma esquadria dos gestos e dos movimentos das populações e dos indivíduos. Se no século XVII o corpo do rei constitui o núcleo de um sistema político onde a presença física do soberano, necessária ao funcionamento da monarquia, possui em si mesma uma realidade política, no século XVIII o poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo, o que supõe a coexistência, quase paradoxal, entre o processo de libertação dos indivíduos e das sociedades que este século inicia e um processo de esquadramento disciplinar dos corpos. Por outro lado, a ideia de um *corpo social*, constituído pela universalidade das vontades, surge como um fantasma que atravessa o sistema político do século XIX. Segundo Foucault, não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder exercendo-se sobre o próprio corpo dos indivíduos. Criando uma forma *biopolítica* do poder, a modernidade implementa um complexo processo de localização e disseminação espacial da ordem do discurso concretizada sobre os corpos: “nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal do que o exercício do poder (...). Do século XVII ao início do século XX, acreditou-se que o investimento do corpo pelo poder devia ser denso, rígido, constante, metucioso” (Foucault 1990:147).

A íntima articulação entre os mecanismos do saber e do poder dá origem – no processo de localização e disseminação espacial da ordem do discurso concretizada sobre os corpos – ao nascimento de uma soma de sofrimentos e de revoltas inaudíveis.

Essas pessoas que aos milhares, e, se tomarmos um dos desenvolvimentos da história, centenas de milhares, foram internadas, caíram no buraco, aí sofreram, aí falaram, aí gritaram, aí vociferaram. (...) ouvi essas vozes e fiquei, creio que como qualquer um, perturbado pelas vozes. (...) A forma “grito” é-lhes tornada inacessível precisamente pelo filtro do seu (os médicos) saber instituído, do seu conhecimento. (...) Que soma de sofrimento ou de revolta carrega o saber-poder que eles fazem reinar no asilo! (Foucault 2001a: 1658-1659)

No interior das instituições que definem a *loucura*, a ordem do discurso cria formas de sofrimento que rasgam, nos corpos insubmissos, a legitimidade à palavra ou ao grito. No asilo, desenvolvem-se dispositivos pelos quais a palavra é desarticulada até não poder transformar-se em grito. A forma “grito” é-lhes tornada inacessível. O indizível enraíza-se no corpo. E um silêncio sem sombra faz-se matéria com o corpo.

Da Loucura. Arqueologia de um Silêncio

>>

No prefácio da primeira edição de *Histoire de la folie à l'âge classique*, Michel Foucault parte da constatação de uma forma de loucura definida pelo gesto de uma razão soberana que isola aquele que – embora próximo – é considerado distante de uma figura do *logos* que fundamenta o único modo legítimo de comunicação e reconhecimento, através da linguagem da não-loucura. Foucault pretende encontrar o momento em que essa linguagem foi definitivamente estabelecida sob o poder de uma verdade incondicional. Para tal, deseja identificar o *grau zero da história da loucura*, o ponto onde ela ainda seja *experiência indiferenciada*.

A violência da afirmação da *linguagem da não-loucura* surge como um nítido gesto de silenciamento de todas aquelas linguagens que não se enquadram no espaço das verdades finais da ordem do discurso. Foucault imerge numa região difícil: a região onde se definem os limites entre a razão e a loucura, onde se definem gestos de cesura, de modo a encontrar uma maneira da razão arrancar à “não-razão” a sua verdade de “loucura”. O ser humano moderno deixa de comunicar com o louco. A cisão da linguagem – entre a normalidade e a loucura – delineou um diálogo interrompido onde as *palavras imperfeitas* eram objecto de um esquecimento a partir do qual se originou uma forma de silêncio. A identidade da cultura ocidental desenvolveu-se, assim, sob um devir horizontal da razão, onde

a verticalidade da palavra verdadeira se estabelece em contínua confrontação com aquilo que ela não é. Com este estudo, Foucault afirma querer fazer, não a história da linguagem psiquiátrica, mas a *arqueologia do silêncio das palavras imperfeitas, sem sintaxe fixa, balbuciantes*.

Existe, por um lado, o homem de razão que delega a loucura ao médico, não autorizando assim qualquer relação senão através da universalidade abstracta da doença; existe, por outro lado, o homem de loucura que não comunica com o outro senão por intermédio de uma razão abstracta, que é ordem, constrangimento físico e moral, pressão anónima do grupo, exigência de conformidade. Não existe qualquer linguagem comum; ou antes, não existe mais; a constituição da loucura como doença mental, no final do século XVIII, traça a constatação de um diálogo interrompido, dá a separação como adquirida, e mergulha no esquecimento essas palavras imperfeitas, sem sintaxe fixa, um pouco balbuciantes, nas quais se fazia a troca da loucura e da razão. A linguagem da psiquiatria não pôde estabelecer-se senão sobre um tal silêncio. Eu não pretendi fazer a história dessa linguagem; mas antes a arqueologia desse silêncio. (Foucault 1961: 9)

Sob uma experiência trágica da loucura, da Idade Média até ao Renascimento, o enfrentamento do ser humano com a demência era um embate que o fazia mergulhar nas forças escondidas do mundo. No primeiro capítulo de *Histoire de la folie*, intitulado “Stultifera navis”, Foucault chama a atenção para o aparecimento, na paisagem do Renascimento, de um estranho barco que navega ao longo dos rios da Renânia e dos canais flamengos: a *Nau dos loucos*. Nesse período, os loucos tinham uma existência errante. As cidades escorraçavam-nos do interior dos seus muros. Por vezes, deixava-se que deambulasse pelos espaços distantes, outras vezes, entregues a grupos de peregrinos e de mercadores, eram enviados em barcos que “levavam a sua carga insana de uma cidade para outra” (Foucault 1972: 19). Entregar o louco aos marinheiros era um modo de evitar que ele ficasse vagabundeando indefinidamente junto aos muros da cidade; era criar uma distân-

cia. Era, na expressão de Foucault, *torná-lo prisioneiro da sua própria pátria*. Entregue à incerteza da viagem, o louco partia para um outro mundo. E, quando era deixado em terra, o desembarque representava a sua chegada a um mundo igualmente *outro*.

Fechado no navio, de onde não escapa, o louco é entregue (...) a essa grande incerteza exterior a tudo. É um prisioneiro no meio da mais livre, da mais aberta das estradas: solidamente acorrentado à infinita encruzilhada. É o Passageiro por exceção, isto é, o prisioneiro da passagem. (...) Sua única verdade e sua única pátria são essa extensão estéril entre duas terras que não lhe podem pertencer. (Foucault 1972: 22)

>>

No barco, o louco era prisioneiro da passagem entre a incerteza e a purificação: se a navegação entregava cada indivíduo à incerteza do seu destino, a água purificava.

Esta navegação do louco é simultaneamente a divisão rigorosa e a Passagem absoluta. Num certo sentido, ela não faz mais do que desenvolver, ao longo de uma geografia semi-real, semi-imaginária, a situação *liminar* do louco no horizonte das preocupações do homem medieval – situação simbólica e realizada ao mesmo tempo pelo privilégio que se dá ao louco de ser fechado às portas da cidade: a sua exclusão deve encerrá-lo; se ele não pode e não deve ter outra *prisão* que o próprio *limiar*, seguram-no no lugar de passagem. Ele é colocado no interior do exterior, e inversamente. (Foucault 1972: 22)

Apesar das diferenças que as separam, há um lastro surdo de silêncio que percorre, igualmente, a *Idade clássica* e a *Idade moderna*.

De uma a outra de estas experiências, a passagem é feita por um mundo sem imagens nem positividade, numa espécie de transparência silenciosa que deixa aparecer, como instituição muda, gesto sem comentário, saber imediato, uma grande estrutura imóvel; esta não é nem do drama nem do conhecimento; ela é o ponto onde a história se imobiliza no trágico que a funda e a recusa. (Foucault 1961: 11)

A *Idade clássica* é o tempo de uma repressão cega num regime de clausura (*le grand enfermement*): a partir do século XVII, a loucura torna-se um assunto de *polícia* (no sentido atribuído na época clássica a esse termo: o conjunto das medidas que tornam o trabalho possível e necessário para todos aqueles que não poderiam viver sem ele). A exigência, indissolivelmente moral e económica, do internamento, formulou-se a partir de uma certa experiência do trabalho. Na *Idade clássica*, a linha de divisão entre o trabalho e a ociosidade substituiu a separação característica da grande exclusão da lepra.

234>235

O asilo ocupou rigorosamente o lugar do leprosário na geografia dos lugares assombrados, bem como nas paisagens do universo moral. (...) É nesses lugares de ociosidade maldita e condenada, nesse espaço inventado por uma sociedade que decifrava na lei do trabalho uma transcendência ética, que a loucura vai aparecer e rapidamente desenvolver-se ao ponto de anexá-los. (Foucault 1972: 84)

Distintamente, a *Idade moderna* é o tempo da descoberta progressiva – pela ciência e pela filantropia – da loucura na sua verdade positiva, como doença mental. Sob essa verdade positiva, decorrente do poder de um saber que, ao fazer incidir o peso da sua interrogação sobre a *consciência analítica da loucura*, cala a tragicidade da própria *experiência da loucura*, o internamento surgia – em relação à loucura – como um espaço de verdade e como um espaço de coação. A loucura foi, assim, devolvida a uma espécie de solidão:

Renascença, mas outra solidão, estranhamente silenciosa; uma solidão que aos poucos a isola da comunidade confusa das casas de internamento e a cerca com uma espécie de zona neutra e vazia. (Foucault 1972: 440)

Se a coação, presente nesse *meio fechado*, surgia como o elemento privilegiado no qual se tornava possível evidenciar as formas essenciais da verdade da loucura, o internamento era,

em si mesmo, agente de cura; próximo de uma entidade médica. *A liberdade internada* curava ao apagar os fantasmas pelo *silêncio insistente e pesadamente real das coisas*:

Em si mesmo, e sem ser outra coisa além dessa liberdade reclusa, o internamento é portanto agente de cura; é uma entidade médica, não tanto em razão dos cuidados que proporciona, mas em virtude do próprio jogo da imaginação, da liberdade, do silêncio, dos limites e do movimento, que os organiza espontaneamente e conduz o erro à verdade, a loucura à razão. A liberdade internada cura por si mesma, como logo o fará a linguagem libertada na psicanálise, porém através de um movimento exactamente contrário: não permitindo aos fantasmas que se materializem em palavras e se permutem entre si, mas obrigando-os a apagar-se diante do silêncio insistente e pesadamente real das coisas. (Foucault 1972: 456)

>>

Ou seja, enquanto na *Idade clássica* o internamento apenas possuía as funções de exclusão e de correcção, na *Idade moderna* ocorre uma reestruturação do espaço do internamento – ligada a uma progressiva alteração das suas significações sociais, a uma crítica política da repressão e a uma crítica económica da assistência – que conduz à sua transformação progressiva em *asilo*. A apropriação de todo o espaço de internamento pela loucura – deixando no seu exterior as figuras da miséria, da vagabundagem, da prostituição, da imoralidade, e todas as formas confusas que vão da violência ao furor – faz do internamento o lugar privilegiado da loucura: o lugar da sua verdade e da sua abolição: “A justiça que imperará no asilo não será mais a da punição, mas a da verdade: uma certa exactidão no uso das liberdades e das restrições, uma conformidade tão rigorosa quanto possível da coacção à alienação da liberdade” (Foucault 1972: 459). Assim, ao assumir um valor terapêutico, o internamento abre o seu espaço à intervenção do poder médico.

No século XIX, a forma de internamento asilar supõe uma série de operações que, silenciosamente, organizaram o mundo asilar, os métodos de cura e a experiência concreta da loucura.

Nesta forma de internamento, a loucura oferece-se aos olhares de uma forma diferente daquela que caracterizava o olhar do internamento clássico: enquanto este lançava sobre a loucura um olhar de certa forma cúmplice, um olhar fascinado por uma bestialidade estranhamente próxima e distante, no internamento asilar o louco é apenas um objecto olhado. Desta maneira, o olhar moderno sobre a loucura é direccionado para um objecto alcançado através de uma verdade discursiva já formulada, o qual, situando o louco em relação à abstracção da loucura, passa a situá-la no espaço de positividade das coisas conhecidas. A loucura torna-se, assim, um objecto para o saber, ou seja, um objecto para o conhecimento positivo do ser humano.

A psicologia e o conhecimento daquilo que há de mais interior no homem nasceram justamente da convocação que se fez da consciência pública como instância universal, como forma imediatamente válida da razão e da moral para julgar os homens. A interioridade psicológica foi constituída a partir da exterioridade da consciência escandalizada. (Foucault 1972: 469)

Desta forma, a loucura existe como figura a ser vista. No asilo, a proximidade não implica reciprocidade, pois o *olhar* que se dirige sobre o louco é apenas um olhar que se aproxima para ver e vigiar melhor. Aí, a *ciência das doenças mentais* implicará apenas a observação e a classificação: um *fenómeno do olhar*. Desenvolve-se, então, um processo de normalização através do qual a cura se exprime num modo de contenção que supõe o reconhecimento, pelo louco, da sua figura individual na figura normalizada dos seres humanos razoáveis.

Convocado incessantemente para esse papel vazio do visitante desconhecido, e recusado em tudo aquilo que se pode conhecer sobre ele, atraído assim para a superfície de si mesmo através de uma personagem social cuja forma e máscara lhes são impostas, silenciosamente, pelo olhar, o louco é convidado a objectivar-se nos olhos da razão razoável como o

estranho perfeito, isto é, aquele cuja estranheza não se deixa perceber. A cidade dos homens razoáveis não o acolhe, a não ser a título e ao preço dessa conformidade com o anónimo. (Foucault 1972: 507)

Com Pinel, o asilo passa a constituir um instrumento de uniformização moral e de denúncia social. Se, no primeiro caso, o asilo surge como um espaço de reminiscência e de emergência de uma moral homogénea enraizada numa natureza esquecida; no segundo caso, o asilo surge como um espaço onde se procura retirar o indivíduo da situação de decadência social que a loucura representa. O louco *libertado* por Pinel e o louco do internamento moderno são personagens que vão sendo progressivamente construídas. O asilo surge, agora, como “um lugar de sínteses morais onde se apagam as alienações que nascem nos limites exteriores da sociedade” (Foucault 1972: 515). Nesse lugar, a vida dos internos, o comportamento dos vigilantes e dos médicos em relação a eles, são organizados de forma a efectuar essas sínteses morais.

Nos finais do século XVIII, a constituição do asilo vai realizar-se através de quatro meios fundamentais que passam a constituir as estruturas próprias do mundo asilar: *o silêncio, o reconhecimento pelo espelho, o julgamento contínuo* e o médico. Através do *reconhecimento pelo espelho*, o louco é olhado por si mesmo;

(...) e no silêncio daqueles que representam a razão, e que apenas seguraram o espelho perigoso, ele reconhece-se como objectivamente louco. (...) Para o século XIX, o modelo inicial da loucura será acreditar-se em Deus, enquanto para os séculos anteriores era recusar Deus. Portanto, é no espectáculo de si mesma, como desatino humilhado, que a loucura poderá alcançar a sua salvação (...). Libertada das correntes que faziam dela um puro objecto olhado, a loucura (...) torna-se responsável por aquilo que ela sabe sobre a sua verdade, aprisiona-se no seu olhar indefinidamente remetido para si mesma. É finalmente acorrentada à humilhação de ser objecto para si própria. (Foucault 1972: 518-519)

>>

Se o *silêncio* e o *jogo de espelhos* conduzem a loucura a julgar-se incessantemente a si mesma, há, paralelamente a esse modo de julgamento, uma outra forma de julgamento, realizada do exterior, que faz com que o asilo se constitua (o asilo que Pinel imaginou e realizou em Salpêtrière) como uma instância judiciária fechada sobre si mesma.

Tudo é organizado para que o louco se reconheça nesse mundo do juízo que o envolve por todos os lados; ele deve saber-se vigiado, julgado e condenado; da falta à punição, a ligação deve ser evidente, como uma culpabilidade reconhecida por todos. (...) Esta evidência quase aritmética da punição, o castigo repetido tantas vezes quantas for necessário, o reconhecimento da falta pela repressão que dela se faz, tudo isso deve levar à interiorização da instância judiciária e ao nascimento do remorso no espírito do doente. (Foucault 1972: 521)

Todos aqueles que manifestam resistência à uniformização moral e social que constitui o objectivo do asilo, permanecem presos no interior do asilo, formando uma *nova população internada* que não pode sequer depender da justiça. A *obra de libertação* de Pinel refere-se apenas àqueles que, interiorizando o remorso face à falta cometida, se submetem ao movimento de uniformização moral e social. O louco que Pinel liberta e, depois, o louco do internamento moderno são novas personagens que, não sendo assimiladas a condenados, estão sujeitas ao processo indefinido de um acto de acusação cujo texto é formulado pela própria vida asilar.

O asilo da era positivista, por cuja fundação se glorifica a Pinel, não é um livre domínio de observação, de diagnóstico e de terapêutica; é um espaço judiciário onde se é acusado, julgado e condenado e do qual só se consegue a libertação pela localização desse processo nas profundezas psicológicas, isto é, pelo arrependimento, a loucura será punida no asilo, mesmo que seja inocentada fora dele. (Foucault 1972: 522-523)

O silêncio constitui-se como uma estrutura específica do mundo asilar. Aqui,

(...) é o próprio homem, e não a sua projecção no delírio, que será agora humilhado: a coacção física é substituída por uma liberdade que a todo o momento é limitada pela solidão; o diálogo do delírio e da ofensa é substituído pelo monólogo de uma linguagem que se esgota no silêncio dos outros. (...) Libertado de suas correntes, está agora acorrentado pela virtude do silêncio, pela falta e pela vergonha. (Foucault 1972: 516-517)

Se durante o Renascimento existia um diálogo contínuo entre a *razão* e a *loucura*, no internamento clássico o silêncio surgia de um modo não absoluto, pois o internamento, as celas e os suplícios estabeleciam um diálogo mudo – um combate – entre a razão e a loucura. Diferentemente, com o asilo o silêncio passa a ser absoluto, deixando de existir entre a razão e a loucura uma qualquer língua comum. >>

À linguagem do delírio só pode responder uma ausência de linguagem, pois o delírio não é fragmento de diálogo com a razão, não é sequer linguagem; ele apenas reenvia, na consciência enfim silenciosa, à falta. E é apenas a partir daí que uma linguagem comum se tornará possível novamente, na medida em que será a da culpabilidade reconhecida. (Foucault 1972: 517)

É interessante notar que a *ausência de linguagem* – perspectivada como estrutura fundamental da vida no asilo – se relaciona com o aparecimento da *confissão*. Devido a esse silêncio violentamente repetido, na experiência asilar a *falta* atingiu a própria origem da palavra. O louco surge, neste momento, como portador de uma linguagem em que o ser humano surge como sendo outro de si mesmo.

O louco já não é o *insensato* no espaço dividido do desatino clássico; ele é o *alienado* na forma moderna da doença. Nessa

loucura, o homem já não é considerado numa espécie de recuo absoluto em relação à verdade; ele é, aí, a sua verdade e o contrário da sua verdade; é ele mesmo e outra coisa que não ele mesmo; é considerado na objectividade do verdadeiro, mas é verdadeira subjectividade; está mergulhado naquilo que é a sua perdição, mas só entrega aquilo que quiser entregar; é inocente porque não é aquilo que é, e culpado por ser aquilo que não é. A grande divisão crítica do desatino é agora substituída pela proximidade, sempre perdida e sempre reencontrada, entre o homem e a sua verdade. (Foucault 1972: 547)

240>241

Daí que, quando Freud procura novamente escutar essa linguagem (amputada pela figura do monólogo), as formulações ouvidas sejam sempre as da falta e da culpabilidade. Aceitando a importância da realidade concreta do par médico-doente, e dos olhares que entre eles se desenvolvem,

Freud desmistificou todas as outras estruturas do asilo: aboliu o silêncio e o olhar, apagou o reconhecimento da loucura por ela mesma no espelho do seu próprio espectáculo, fez com que se calassem as instâncias da condenação. Mas em compensação explorou a estrutura que envolve a personagem do médico (...). Trouxe para ele, sobre essa presença única, oculta atrás do doente e acima dele, numa ausência que é também presença total, todos os poderes que estavam divididos na existência colectiva do asilo. Fez dele o Olhar absoluto, o Silêncio puro e sempre contido, o Juiz que pune e recompensa no juízo que não condescende nem mesmo com a linguagem; fez dele o espelho no qual a loucura, num movimento quase imóvel, se enamora e se afasta de si mesma. (Foucault 1972: 529-530)

Ao articular os poderes do mundo asilar nas mãos do médico – na sua existência particular, a personagem do médico (psicanalista) reúne todos os poderes disseminados na existência colectiva do asilo, pois a sua presença oculta manifesta uma ausência que é uma *presença total: Olhar absoluto, Silêncio puro e contido, Juiz e espelho* – e ao criar a *situação psicanalítica* “onde

por um curto-circuito genial, a alienação se torna desalienante porque, pelo médico, ela torna-se sujeito” (Foucault 1972: 530), Freud procura libertar o doente do modo de alienação concebido pela existência asilar.

A ciência das doenças mentais, tal como se desenvolve nos asilos, pertencerá sempre à esfera da observação e da classificação. Não será diálogo. E não poderá ser verdadeiramente um diálogo a não ser no dia em que a psicanálise tiver exorcizado esse fenômeno do olhar, essencial para a loucura se do século XIX, e quando ela tiver substituído a sua magia silenciosa pelos poderes da linguagem. Mesmo assim, seria mais justo dizer que ela revestiu o olhar absoluto do vigiando – conservando assim a velha estrutura asilar do olhar não-recíproco, porém equilibrando-o, numa reciprocidade não simétrica, através da nova estrutura da linguagem sem resposta. (Foucault 1972: 507-508)

>>

A psicanálise substituiu a magia *silenciosa do olhar* – que observa e classifica – pelos *poderes da linguagem*. Ela fez existir, paralelamente ao olhar absoluto daquele que vigia, a *palavra indefinidamente monologada do vigiando*. A estrutura asilar do *olhar não recíproco* foi substituída pela *reciprocidade não simétrica* de uma nova estrutura: a *linguagem sem resposta*. De modo diferente da cura desenhada pela *liberdade internada* do internamento asilar, a *linguagem libertada* na psicanálise também cura por si mesma, mas através de um movimento inverso: ela permite aos fantasmas materializarem-se em palavras e permutarem entre si.

No entanto, embora possa penetrar em algumas das formas da loucura, a psicanálise não aborda a voz da loucura na sua nudez, desde o interior de si mesma. Freud não pode ouvir as vozes da loucura em si mesmas, nem decifrar em si mesmos os signos dessa loucura. Ele escuta essa voz através das grelhas de explicação psicopatológica de uma determinada manifestação não equilibrada da existência de um ser humano singular. A experiência da loucura perde-se, assim, numa rede de *conflitos teóricos* sobre a *interpretação* a dar aos fenômenos da loucura. Há

um dilaceramento silencioso que fica ignorado em si mesmo. A psicanálise não pode transcrever o silêncio desde si mesmo, mas apenas fazer do silêncio um sintoma da alienação. Perspectivado como resistência à expressão de uma verdade do indivíduo através da palavra – enquanto fechamento à palavra, fechamento à ligação social e fechamento ao sentido partilhável – como um sinal de medo e dor (traumatismo), o silêncio afigura-se na psicanálise como um modo de mutismo.

*

242>243

No final de *Histoire de la folie*, Foucault refere uma outra forma de loucura: a loucura daqueles que *perdendo o caminho, desejam perdê-lo para sempre*. A loucura de alguns pintores, filósofos, ou escritores imerge nessa estranha região. Eles surgem como personagens cuja fulguração da existência é irreduzível à cura pela força de um aprisionamento moral a que se dá o nome de *libertação dos alienados*. Hölderlin, Nerval, Nietzsche ou Artaud são testemunho, pela sua existência, de uma resistência à uniformização moral e social própria da existência asilar. Trata-se de uma loucura que “abandona o quase silêncio, esse murmúrio do implícito onde a evidência clássica a mantinha, para recompor-se num silêncio sulcado de gritos, no silêncio da interdição da vigília e da vingança” (Foucault 1972: 549).

Referindo-se especificamente à loucura de Nietzsche, de Van Gogh ou de Artaud, Foucault considera surgir, no mundo moderno, um conjunto de obras em que o confronto entre a loucura e a obra é, no limite, um jogo de vida e de morte. A loucura é, precisamente, a *ausência da obra*. E, no tempo dessa obra que a loucura silenciou, o mundo sente a sua culpabilidade perante a obra. A obra chama-o, obrigando-o a ordenar-se pela sua linguagem.

A loucura é ruptura absoluta da obra; ela é o momento constitutivo de uma abolição, que fundamenta no tempo a verdade da obra; ela esboça a margem exterior desta, a linha de desabamento, o perfil contra o vazio. (...) pela loucura que a interrompe, uma obra abre um vazio, um tempo de silêncio, uma questão sem resposta, provoca um dilaceramento sem reconciliação onde o mundo é obrigado a interrogar-se. (Foucault 1972: 556)

*

Desde dentro de um jogo de vida e de morte, a loucura é interrupção da obra: pela loucura, uma obra abre um *tempo de silêncio, uma questão sem resposta, um dilaceramento sem reconciliação onde o mundo é obrigado a interrogar-se*. E se não houvesse interrupção? E se essa loucura abrisse, num *silêncio sulcado de gritos*, um gesto intempestivo? E se esse gesto fosse uma obra? E se essa obra fosse, a um só tempo, a forma indefinida da insubmissão e a materialidade de uma *linguagem nua*? E se? <<

>>

NOTA

[1] Artigo realizado a partir do livro *Silêncios Tangíveis. Corpo, resistência e testemunho nos espaços contemporâneos de abandono*. Edições Afrontamento, Porto, 2010.

BIBLIOGRAFIA ∨

- Foucault, Michel (1961), *Folie et déraison*, Paris, Plon.
-- (1972), *Histoire de la folie à l'âge classique*, Paris, Éditions Gallimard.
-- (1990), *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal.
-- (2001a), *Dits et Écrits I, 1954-1975*, Paris, Éditions Gallimard [1994].
-- (2001b), *Dits et Écrits II, 1976-1984*, Paris, Éditions Gallimard [1994].
- Gabilondo, Angel (1999), *Menos que Palabras*, Madrid, Alianza Editorial.